

GERALDO CUNHA CARVALHO
Economista, MBA e mestre

A capital do Maranhão ficou mal na foto essa semana, os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública confirmam que São Luís registrou a maior taxa proporcional de roubos e furtos de celulares do Brasil em 2025, pelo segundo ano consecutivo. Foram mais de 16 mil aparelhos levados na capital maranhense, uma média impressionante de 45 dispositivos subtraídos por dia. Para a ciência econômica, o celular deixou de ser apenas um bem de consumo; ele se tornou um bem de capital essencial e o principal intermediário financeiro das famílias. O impacto de uma taxa tão elevada de criminalidade sobre esses aparelhos afeta diretamente a macro e a microeconomia local. O primeiro e mais evidente impacto econômico é a perda instantânea de patrimônio. Considerando o preço médio de um smartphone intermediário no Brasil, o desvio de mais de 16 mil aparelhos representa uma perda direta de dezenas de milhões de reais que saem do orçamento das famílias de São Luís. Como o aparelho se tornou indispensável, o consumidor



é forçado a fazer uma “substituição emergencial”. Esse gasto imprevisto reduz a renda disponível que seria direcionada para outros setores da economia local — como comércio de bens duráveis, serviços, lazer e alimentação, gerando um efeito de retração no consumo agregado regional. A necessidade de reduzir o risco desse crime gera o que nós economistas chamamos de “custos de transação” elevados. O poder público é obrigado a descentralizar recursos orçamentários para financiar programas de contingência e recuperação, como o projeto estadual “Meu Celular de Volta”. Verbas públicas que poderiam ser destinadas à infraestrutura, saúde ou atração de investimentos produtivos acabam mobilizadas na contenção do mercado ilegal de recepção de peças e aparelhos. Há queda na produtividade. O smartphone é a ferramenta

essencial de trabalho de uma parcela expressiva da força de trabalho autônoma (motoristas de aplicativo, entregadores, prestadores de serviço e microempreendedores). A perda do aparelho paralisa a atividade econômica individual instantaneamente. O período de inatividade forçada para a aquisição de um novo aparelho reduz o Produto Interno Bruto (PIB) municipal por meio da perda de dias trabalhados e descontinuidade de pequenos negócios digitais.

Afeta também o turismo, os dados apontam que quase 15,2% dos furtos ocorrem dentro de estabelecimentos comerciais em São Luis. Esse cenário altera o comportamento do consumidor, gerando uma retração no fluxo de circulação em áreas comerciais tradicionais e à noite, em especial comércio de rua. A percepção de insegurança afeta

diretamente setores sensíveis da economia ludovicense: Lojistas enfrentam custos adicionais com segurança privada e monitoramento. Um posto de guarda armado 24 horas custa mais de 25 mil reais. Para um pequeno negócio é inviável.

Sendo São Luís um polo turístico cultural e histórico, a repercussão nacional do ranking de furtos cria barreiras intangíveis na atração de visitantes, impactando a hotelaria, a gastronomia e o setor de eventos locais.

6,1% dos aparelhos são furtados no transporte público, o ludovicense além de ter um serviço de ônibus ruins, acaba optando por financiar moto ou carro, aumentando o número de acidentes, saturando as ruas e elevando os custos de saúde e previdência, por medo de usar os ônibus.

Esse dado horroroso é mais de 4x superior à média nacional. Em resumo, o alto índice de furtos de celulares em São Luís atua como um imposto invisível sobre a eficiência da cidade. Ele drena a liquidez financeira das famílias, eleva os custos operacionais do setor privado e redireciona os recursos públicos para atividades não produtivas (segurança repressiva), desacelerando o potencial de crescimento econômico sustentável da capital.

A violência sempre é um fator nocivo a economia de várias formas e o combate a ela deve ser feito de todas as formas, em especial com políticas inteligentes e eficazes.

Aliás é um dos tópicos que mais preocupam as pessoas e influenciam o voto dos eleitores.

Conta vai incluir novas informações fiscais. Mudança atende às exigências da Reforma Tributária

A BRK, concessionária responsável pelos serviços de água e esgoto em Paço do Lumiar e São José de Ribamar, inicia no mês de agosto a emissão de um novo modelo de fatura.

O documento passa a ser emitido como Nota Fiscal de Água e Saneamento (NFAg), em atendimento às novas exigências da Reforma Tributária e ao novo modelo nacional de documento fiscal, para os serviços de saneamento em todo o país.

Com a mudança, a fatura da BRK passará a apresentar novos campos fiscais, como o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), garantindo o mesmo padrão eletrônico já utilizado em outros serviços no Brasil.

Outra novidade é a inclusão de um segundo QR Code impresso no documento. Além do código de pagamento em Pix, já disponível na conta, os clientes também encontrarão um novo código destinado à consulta da nota fiscal eletrônica. Ao fazer a leitura pelo celular, será possível acessar as informações fiscais e a autenticidade do

documento. "Estamos trazendo para os nossos clientes em Paço do Lumiar e São José de Ribamar uma fatura atualizada em conformidade com as novas exigências da Reforma Tributária. As mudanças concentram-se na inclusão de novas informações fiscais e tornam a consulta da nota fiscal eletrônica mais simples e acessível, sem alterar a forma como os clientes recebem ou realizam o pagamento da fatura", destacou Nathália Marques de Mesquita, coordenadora comercial da BRK no Maranhão.

IMPORTANTE

A mudança do modelo de fatura é, exclusivamente, documental e não implica em nenhuma alteração comercial, como datas de vencimento, estrutura tarifária, meios de pagamento ou formato de entrega. Os clientes cadastrados em via digital continuarão recebendo os dados da nova fatura por e-mail.

CADASTRO

Com a chegada do novo modelo de fatura, a concessionária reforça a importância de manter



A BRK, concessionária responsável pelos serviços de água e esgoto em Paço do Lumiar e São José de Ribamar, terá um novo modelo de fatura a partir do mês de agosto

os dados cadastrais atualizados, especialmente telefone e e-mail. Segundo a coordenadora comercial da empresa, a medida agiliza o contato direto com os clientes. “A atualização nos permite uma comunicação mais rápida e assegura a emissão do documento seguindo as novas regras fiscais”, comentou a coordenadora. A atualização cadastral pode ser feita pela agência virtual Minha BRK. Dúvidas sobre o novo modelo de fatura podem ser esclarecidas pelos canais de atendimento da BRK:

Call Center: 0800 771 0001
WhatsApp/Telefone: (11) 99988-0001

Agência Virtual: <https://minhabrk.com.br/home>

Lojas: Pátio Norte Shopping, na Estrada do Cajueiro (MA-

201), KM-05, nº 1000, no bairro Saramanta (entre São José de Ribamar e Paço do Lumiar). O atendimento acontece de segunda à quinta-feira, das 10h às 18h, e às sextas-feiras, das 10h às 17h. Na Av. Gonçalves Dias, nº 847, Centro, São José do Ribamar. O atendimento acontece de segunda à quinta-feira, das 08h às 12h30 e das 14h às 17h, e às sextas-feiras das 08h às 12h30 e das 14h às 16h. Para acompanhar as principais informações e novidades sobre os serviços de água e esgoto em Paço do Lumiar e São José de Ribamar, acesse as páginas da BRK na internet: **Sítio:** brkamambiental.com.br e **Instagram:** [@brkamambiente](https://www.instagram.com/brkamambiente)

CNPJ/MF nº 27.967.244/0001-02 - NIRE 33.3.0036347-5 | Código CVM nº 02448-1

[illegible]

SERVIÇOS CONTÁBEIS OFERECIDOS:

SERVIÇOS CONTÁBEIS OFERECIDOS:

- Abertura e fechamento de empresa
- Alterações contratuais
- Escrituração contábil
- Emissão de guias de impostos
- Admissões e demissões de funcionários
- Folha de pagamentos
- Entrega de obrigações acessórias
- Emissão de Certidões Negativas de Débitos (CNDs)
- Assessoria para planejamento tributário
- Assessoria proativa para gestão financeira
- Declaração de IRPJ e IRPF e outros.

Número:(98)98513-1114 / (98)98539-7720
e-mail: ltcontabilidade0711@gmail.com